



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE

Samara Silva dos Santos¹
Claudianne Nascimento Moura²

Resumo: Há o enfoque na formação interprofissional que priorize a democratização da informação, a emancipação e autonomia do usuário. Análise feita por meio de pesquisas bibliográficas e relatos de experiências na formação da produção do cuidado no campo da saúde pública, tendo em vista a necessidade de coadunar os conhecimentos das diversas profissões que estão inseridas no processo do cuidado na Saúde.

Palavras-chave: Formação Profissional. Serviço Social. Emancipação. Empoderamento .Saúde.

Abstract: There is a focus on interprofessional training that prioritizes the democratization of information, the emancipation and autonomy of the user. Analysis made through bibliographical researches and reports of experiences in the formation of the production of care in the field of public health, considering the need to coordinate the knowledge of the different professions that are inserted in the process of health care.

Keywords: Professional qualification. Social Service . Emancipation. Empowerment. Health.

1. INTRODUÇÃO

A formação do assistente social é um dos aspectos da profissão que carece receber a atenção de professores, estudantes, preceptores de estágio e profissionais, a fim de responder às demandas postas pela contemporaneidade. Nesse processo de formação – reflexivo e interprofissional - é imprescindível uma eficaz preparação a fim de, no decorrer do exercício profissional, ser possível responder às inúmeras e antagônicas demandas postas.

Nessa perspectiva, a análise aqui apresentada remete à discussão dos desafios que uma formação profissional no âmbito da saúde, estruturada sem oportunidades de experiência nos locais de atuação, acarreta ao assistente social em seu processo de trabalho e na emancipação do indivíduo. O cuidado com o usuário na atenção básica de saúde vai além do cuidado médico, é preciso analisar toda situação social e o que tem por trás da realidade vivenciada.

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Piauí, E-mail: samara13.the@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Piauí, E-mail: samara13.the@gmail.com.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), atualmente, são consideradas como “estratégias para que as instituições formadoras subsidiem uma formação profissional condizente com a realidade e as necessidades de saúde da população” (CAMPOS, 2000, p. 221).

A priori, coloca-se em questão o distanciamento da prática pedagógica e do usuário dos serviços de saúde, em um dos dilemas mais problematizantes da formação de bons profissionais. Tornando o atendimento precarizado e sem conseguir decifrar com uma maior eficácia a necessidade apresentada no local em que está inserido. A LDB coloca em seu conjunto de princípios fundamentais que orientam o Ensino superior e que se faz uso da constituição Federal de 1988, para a integralização do ensino-pesquisa-extensão, onde as Universidades Federais devem seguir esse método de ensino e isso mostra que a construção do saber já se é compreendida na junção desses três eixos.

A importância de se construir saberes coadunados se faz formular uma nova forma de cuidado na saúde e no crescimento teórico-prático de um profissional que se tornará capacitado para atender as necessidades impostas, trabalhando juntamente com usuários que entendam a importância da sua atuação nas tomadas de decisões no seu próprio atendimento.

A relação de uma concreta formação profissional vai além de colocar no currículo, é fazer com que esse Assistente Social consiga usar as dimensões da profissão: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Perpassar além da teoria, ou seja, se utilizar da prática para realizar uma intervenção profissional que possa amenizar e conscientizar o usuário de seus direitos, tornando-o protagonista de sua própria história, contribuindo assim, para um fortalecimento da cidadania e para melhoria da qualidade dos serviços ofertados por esses profissionais.

A partir do exposto, caminhamos para a compreensão de que se faz necessário que o aluno de graduação, especificamente na área da saúde, entenda todo o processo saúde-doença e que se coloque enquanto futuro profissional de Serviço Social adentrando em um espaço marcado de mudanças ocasionadas pela globalização, êxodo rural, educação fragilizada e uma saúde fragmentada.

Seguindo esta linha de raciocínio, o presente artigo busca apreender os conhecimentos adquiridos através do PET- SAÚDE INTERPROFISSIONALIDADE, bem como expor a importância que esse programa traz para a formação profissional dos futuros assistentes sociais, obtendo e agregando experiência profissional, devido à importância da interprofissionalidade dos estudantes de serviço social com alunos de outras profissões na área da saúde, como Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Educação Física, Medicina e Farmácia na atenção básica de Teresina. O estudo é

empreendido com base em produção bibliográfica que discute a formação superior, o trabalho no campo da Saúde e a importância da interprofissionalidade.

2. A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA SAÚDE E A EMANCIPAÇÃO DO USUÁRIO

Ceccim, Bravin e Santos (2009) declaram que a educação na saúde deve ser compreendida como uma política pública; tornando esse futuro profissional, em sua relação de processo de formação em saúde e na formulação de respostas para os diversos questionamentos e subjetividade do sujeito, inserida em uma sociedade cada vez mais individualista e com necessidades geradas por um sistema focalista e especialista.

No atual cenário de transformações societárias causadas pelo enfrentamento da crise contemporânea do capital, tem se tornado cada vez mais indispensável manter o processo de formação profissional sob permanente e crítica atualização (KOIKE, 2009). Com as mudanças nessa nova forma capitalista de se relacionar e o estabelecimento de um novo padrão produtivo, em que nele é imposto “uma outra maneira de trabalhar, viver e pensar exigindo atuação na subjetividade do trabalhador para consolidar a sociabilidade do capitalismo reatualizado” (KOIKE, 2009, p. 4), surge a necessidade, nesse novo sistema, de substituir dispositivos consolidados da formação profissional, exigindo uma formação profissional que se torne funcional a esse novo padrão de produção.

No início dos anos 1990, com a adoção da agenda neoliberal e com mercantilização das políticas e serviços, a educação superior aparece no mundo mercantil como um dos campos mais promissores de lucro, tornando-se um mercado cada vez mais rentável em que a universidade pública se vê na condição de gerar seu próprio financiamento e passa a disputar recursos no mercado como qualquer empresa, empurrando assim a universidade, seu corpo docente e técnico-administrativo, o ensino de graduação, a pesquisa, a extensão e a pós-graduação para a esfera mercantil, fazendo com que a formação adquira um caráter deletério e imediatista (KOIKE, 2009).

Dessa forma, a formação profissional tem se tornado cada vez mais precária, com o foco no aligeiramento do processo formativo e a expansão das EADs, que segundo Koike (2007) se apresenta com o discurso de democratização do acesso, quando, na verdade, favorece a expansão desordenada da educação superior a baixo custo, com o intuito de “trazer a Revolução Industrial para o ensino”.

Vale ressaltar que a educação/formação “ocupa posição de destaque nos processos de desenvolvimento e construção da sociedade” (COTTA et al., 2007, p.279), que tem como objetivo instruir profissionais, tornando-os capazes de atender as demandas e necessidades da sociedade e de formar cidadãos comprometidos com a relevância, a efetividade e a qualidade do seu trabalho, sendo capazes de refletir sobre sua atuação no mundo (COTTA et al, 2007) e que tal situação da formação superior, de mercantilização do saber, acaba por tornar os profissionais incapazes de ter uma leitura crítica da realidade, tendo em vista a formação generalista e fragmentada que esse novo sistema tem empregado.

No que diz respeito à educação voltada aos profissionais da saúde, não se pode deixar de lado que a mesma deve ser compreendida como política pública, tendo em vista que na saúde primária, tais profissionais lidam com usuários em situações de vulnerabilidade e desigualdade, exigindo do mesmo, uma postura crítica capaz de interpretar a realidade e suas nuances.

Tal fato tem se mostrado um desafio, já que no Brasil há uma presente desarticulação entre as políticas de educação e saúde que acaba por ocasionar “espaços de produção de conhecimento baseados exclusivamente em referenciais teóricos e não em experiências práticas necessárias para o desenvolvimento humano e profissional [...], acarretando uma dicotomia entre teoria e prática”. (COTTA et al, 2007, p. 279). Estes profissionais devem ter uma formação adequada que os capacitem para atuar no SUS, em seus diferentes níveis e também de modo interprofissional de tal maneira que estejam aptos a enfrentar os problemas resultantes da pobreza e da desigualdade.

O significado colocado do trabalho interprofissional é definido como um trabalho em equipe, onde diferentes profissões trabalham em conjunto e não somente juntas. É uma cooperando com a outra, ajudando, contribuindo, auxiliando, tirando dúvidas e construindo uma maneira de trabalharem de forma integrada uma às outras.

[...] é uma construção, um processo dinâmico no qual os profissionais se conhecem e aprendem a trabalhar juntos para reconhecer o trabalho, conhecimentos e papéis de cada profissão; conhecer o perfil da população adscrita, ou seja, as características, demandas e necessidades de saúde dos usuários e população; definir de forma compartilhada os objetivos comuns da equipe; e realizar – também de forma compartilhada – o planejamento das ações e dos cuidados de saúde, tal como a construção compartilhada de projetos terapêuticos singulares para usuários e famílias em situações de saúde de maior complexidade. (PEDUZZI, AGRELI., 2018, p. 1526).

O trabalho interprofissional é pautado na reflexão sobre as diversas questões das desigualdades sociais que torna a população cada vez mais vulnerável e que, em virtude disso, necessitam de políticas públicas que respondam essas demandas, além de ter o poder de modificar a realidade de determinado local, do ambiente de trabalho,

e de construir uma nova forma de cuidado. A área da saúde requer de seus profissionais uma visão mais reflexiva e crítica da realidade, colocando-os como responsáveis pela compreensão do território em que está inserido e pelas necessidades apresentadas nesse local.

[...] reconhecer as desigualdades sociais em saúde, buscar compreender os processos que as produzem e identificar os diferentes aspectos que estabelecem a mediação entre os processos macrosociais e o perfil epidemiológico dos diferentes grupos sociais é uma condição indispensável para que seja possível buscar formas de enfrentamento, sejam elas no âmbito das políticas públicas, sejam elas no âmbito da vida cotidiana. (BARATA, 2009, p. 109).

No âmbito da saúde, essas mudanças refletem diretamente no cuidado ao paciente, na maior eficiência do serviço e na agilidade do mesmo. Porém, não bastam profissionais que somente trabalhem juntos, mas que exista a cooperação entre si, um trabalho em equipe, como uma forma de melhorar o acesso e a qualidade da saúde. “É preciso que equipes de um mesmo serviço colaborem entre si e que profissionais e equipes de um serviço colaborem com profissionais e equipes de outros serviços e outros setores na lógica de redes”.(PEDUZZI, AGRELI. 2018, p.152).

Contudo, o PET- SAÚDE INTERPROFISSIONALIDADES, que teve início de suas atividades em abril de 2019, veio colocar alunos dos seis cursos que integram a área da saúde na Universidade Federal do Piauí-UFPI, no fortalecimento da atenção básica e na coadunação dos seus saberes, com objetivo de trazer a interprofissionalidade como alvo de seus trabalhos. É uma proposta inédita e ousada, tendo em vista que reúne cursos de diferentes saberes, para trabalharem em equipe, e, também, motivar os profissionais desses campos, e mostrando a necessidade da interprofissionalidade e como podemos fazer da atenção básica uma porta de entrada eficiente no atendimento ao seu usuário e que tem como propósito, enquanto equipe, resolver e refletir sobre as demandas solicitadas. “Como uma aglutinação de conhecimentos [...] demarcaria a identidade de uma área de saber e de prática profissional; enquanto campo, um espaço de limites imprecisos onde cada disciplina e profissão buscariam em outro apoio para cumprir suas tarefas teóricas e práticas” (CAMPOS, 2000, p. 220).

3. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL ENQUANTO FONTE DE EMANCIPAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DOS USUÁRIOS

Apesar da legislação brasileira considerar a cidadania um direito, ainda há um abismo entre o que é posto em lei e o que é cumprido. Nesse contexto, o profissional de saúde, quando bem formado, deve ter o domínio sobre conceitos que visam à

democratização da informação e ao incentivo da emancipação e da autonomia do usuário, sendo eles: o empoderamento, que consiste na “ampliação das possibilidades de controle, por um sujeito ou uma população, dos aspectos significativos relacionados à sua própria existência” (COTTA et al, 2007, p. 281); a libertação dos indivíduos; e a coletividade, que estimulam a reflexão crítica dos sujeitos.

Cotta et al (2007) alega que resgatar os princípios do SUS faz-se extremamente necessário na perspectiva das desigualdade sociais e que os profissionais devem estar orientados para a apreensão e ação voltadas para o enfrentamento dessa realidade. Sugerindo uma renovação permanente que vise resgatar, assegurar e implementar os seus princípios.

Baseado no princípio da universalização deve-se haver a ampliação do direito, buscando a inclusão de todos os segmentos da sociedade no atendimento público. Quanto à equidade, o profissional deve desenvolver a capacidade de reconhecer as “diferenças e singularidades do outro” e oferecer “ações de saúde pertinentes a essas necessidades [...] os profissionais de saúde devem estar atentos para a realidade, buscando perceber as carências da população sob seu cuidado” (Cotta et al, 2007, p.282). Já na integralidade, a proposta é que “haja uma comunicação eficiente entre os níveis de atenção, de forma a cuidar do indivíduo como um todo” (Cotta et al, 2007, p.282).

Vale ressaltar que, no âmbito da participação social na área da saúde, o profissional deve contribuir para a descoberta do indivíduo como sujeito autônomo, que deixa de ser um mero espectador de sua realidade e passa ser um ator social, um cidadão de direitos e deveres.

Para a área da saúde, entretanto, a formação não apenas gera profissionais que possam ser absorvidos pelos postos de trabalho do setor. O trabalho em saúde é um trabalho de escuta, em que a interação entre profissional de saúde e usuário é determinante da qualidade da resposta assistencial (CECCIM; FEUERWERKER, 2004, p. 49.).

Destarte, a formação profissional na saúde deve ser respaldada nas necessidades do usuário e comunidade, sendo ressaltada a importância da atenção primária como porta de entrada para o sistema de saúde e garantia de direitos. Cotta et al (2007) elenca alguns pilares fundamentais para o processo de formação dos profissionais, sendo eles:

(1) o pensamento crítico e produtivo, (2) o ensino em consonância com o serviço, (3) a conscientização do aluno frente à realidade da população, (4) a autonomia individual e coletiva, e (5) o aprendizado baseado nos problemas da população assistida, de modo que o profissional atue como sujeito transformador da realidade (COTTA et al, 2007).

Entender todas as necessidades do usuário é buscar, diariamente, se reinventar e construir um novo modo de se trabalhar. Nesse processo, ressaltamos a

interprofissionalidade como forma de promover o trabalho coletivo entre profissionais de diferentes áreas atuantes em um mesmo local.

Nessa perspectiva analítica, o trabalho interprofissional é um atendimento pautado em analisar e estudar todas as necessidades do paciente, tornando o serviço coerente e seguro para o usuário. As questões sociais que envolvem esse indivíduo são resultado do conjunto de várias desigualdades sociais que são frutos de uma sociedade cada vez mais propícia ao capitalismo, que se é relacionada também como se referiu a Iamamoto (2001), com questões econômicas, sociais, políticas e culturais cada vez mais fragilizadas, classes sociais que se manifestam por meio do gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade e são cada vez uma questão complexa a ser solucionados com maior integralidade entre os próprios profissionais com a participação do usuário nesse processo.

Contudo, fortalecer a relação entre a formação profissional juntamente com campo prático, implica, justamente, um maior investimento tanto da instituição formadora quanto do SUS. Essas duas partes fortalecidas criam um aprofundamento do conhecimento, da prática e dos saberes que vão conduzir para o desenvolvimento da atenção básica e de seus profissionais nessa realidade, ofertando um serviço de qualidade para a população, colocando-os como atores de sua própria história, aumentando seus saberes e contribuindo para a emancipação desses indivíduos, fazendo-os conhecerem seus direitos e deveres para que possam compreender e refletir sobre sua situação atual. Dessa forma, entende-se o processo de formação profissional como um contribuinte ativo na qualidade de formação e do fortalecimento do sujeito.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações feitas no decorrer do artigo, pôde-se apreender que o enfrentamento das desigualdades sociais e o trabalho em saúde se fazem significativas em diversos segmentos da vida da população. A complexidade da realidade que o profissional se depara em seu dia a dia de trabalho, é, muitas vezes, precária e dificultosa, trazendo novas demandas constantemente para a sua formação profissional, principalmente quando o mesmo não teve nenhuma experiência ou conhecimento da realidade.

O conhecimento teórico é de extrema importância para o ensino. Compreendemos que sem ele nenhum profissional teria embasamento para se guiar

em sua profissão, mas devemos entender que sem a prática e experiências guiadas por outros profissionais durante a graduação desse indivíduo, o seu conhecimento se torna raso e muitas vezes até utópico, pois demandas profissionais surgem diariamente e essas novas necessidades que tangem à relação de ensino-aprendizado, onde se tem cada dia buscando profissionais capacitados que compreendam e consigam refletir e decifrar a realidade.

É necessário realinhar o conhecimento e prática profissional do assistente social com outras profissões; reconhecer que um profissional isolado não consegue resolver todos os problemas de uma Unidade Básica de Saúde - UBS, mas que em conjunto e com integralidade é possível otimizar o tempo, diminuir custos no processo e melhorar a qualidade dos serviços ofertados. Isso remete a uma necessidade de realinhar também a construção de matérias em comum para todos os cursos de saúde, em que os profissionais possam aprender logo na graduação os impactos de um trabalho interprofissionalizado.

Destaca-se ainda que, no que se refere ao campo da Saúde, o desafio de articular entre os saberes é bastante complexo, mas não podemos pensar apenas nessa integralidade na formação, devemos também agregar profissionais atuantes nesses campos e que não tiveram toda essa construção do saber interprofissional para serem capazes de produzir cuidado e compartilhar saberes ao coletivo e entre as equipes de saúde, incluindo também as diversas redes, pois é preciso que todos tenham a consciência dos benefícios de uma construção conjunta e integralizada.

Pode-se concluir que cabe às instituições formadoras o papel de conceber profissionais de qualidade e que estejam preparados para as complexidades da realidade, para conseguirem se inserir entre as diversas profissões em saúde na produção de um cuidado ao paciente-família-comunidade, tendo em vista, que a principal preocupação que esses profissionais devem ter é na centralidade do paciente e sua família, no reconhecimento de suas histórias e na viabilização de seus direitos.

É evidente a necessidade, diante dessas grandes transformações da sociedade, de acreditar que a educação tem o poder de mudar a realidade e transformar as desigualdades sociais e vulnerabilidades dos indivíduos. Os profissionais ocupam uma área de agentes transformadores dessa realidade e, para que ocorram essas mudanças, é preciso que nos posicionemos de forma crítica e questionadora, levando isso também para os usuários desses serviços, entendendo que a educação é um contínuo processo de emancipação do indivíduo e que mudanças começam quando observamos o mundo com olhar mais crítico e reflexivo.

Sendo assim, as instituições formadoras precisam analisar as suas formas de propagação de conteúdos e aumentar o acesso de seus estudantes em áreas de

aprendizados, colocando-os em uma nova realidade acompanhada de desafios para serem refletidos e vivenciados antes mesmo da formação acadêmica.

REFERÊNCIAS

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CAMPOS, G.W.S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5. n.2, p.219-230, 2000.

CECCIM R. B., BRAVIN F.P., SANTOS A. A. Educação na saúde, saúde coletiva e ciências políticas: uma análise da formação e desenvolvimento para o Sistema Único de Saúde como política pública. **Lugar Comum (UFRJ)**. 2009; (28):159-80.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área de saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 41- 65, 2004.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre et al. Pobreza, Injustiça, e Desigualdade Social: repensando a formação de Profissionais de Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Rio de Janeiro, v.29, nº 1, jan./abr. p. 278-286, 2007.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. nº 3. (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001

KOIKE, Marieta. **Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais**. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

PEDUZZI M, AGRELI HF. **Trabalho em equipe e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde**. 2018; p. 1525-1534.